



Passarinho e Roberto Magalhães: ex-ministra pode ser convocada, mas governadores não ganham prioridade

Aragão só será ouvido no dia 30

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), adiou para a próxima semana o depoimento do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Aragão, que presidiu a Comissão de Orçamento do Congresso em 1991, quando surgiram as primeiras denúncias sobre manipulação das verbas públicas federais pelo grupo dos sete anões, deveria prestar depoimento quarta-feira. Devido, porém, ao assassinato de um cunhado, Ademir Alves, sequestrado em Araranguá (SC), o senador pediu para não ser interrogado esta semana. A nova data do seu depoimento foi marcada por Passarinho para o próximo dia 30.

Aragão vai depor no lugar do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), relator-geral da Comissão de Orçamento em 1992. Como houve falhas nos procedimentos de aprovação da convocação de Lavor, ela deverá ser votada novamente. Estão confirmados para hoje os depoimentos do deputado Messias Góis (PFL-SE) e de Walter Annichino,

ex-secretário nacional de Saneamento do Ministério da Ação Social, na gestão da ex-ministra Margarida Procópio.

Messias Góis foi presidente da Comissão de Orçamento em 1992 e seu nome também aparece nos documentos da Odebrecht, ao lado de porcentuais que a CPI agora está empenhada em decifrar. Annichino foi citado nas denúncias do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos como um dos envolvidos no esquema de corrupção na liberação de verbas para empreiteiras.

Com o adiamento da inquirição do senador Ronaldo Aragão, parte do dia de amanhã ficará livre. Passarinho está estudando a possibilidade de transferir o depoimento do ex-secretário de Habitação do Ministério da Ação Social, Armon Arnuz Filho, para o horário da manhã, deixando a tarde livre para o plenário da CPI.

Bom ritmo — O relatório final da CPI do Orçamento deverá ter 300 páginas de texto básico e quatro anexos, incluindo os rela-

tórios integrais das subcomissões. O presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho, considera "muito bom" o ritmo dos trabalhos e acredita que os prazos serão cumpridos. O relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) disse que sua prioridade será para os parlamentares citados ao longo das investigações, deixando os governadores para segundo plano.

Magalhães informou que fará uma visita a cada uma das subcomissões, para solicitar aos coordenadores que acelerem seus trabalhos. Além disso, ele quer maior empenho no cruzamento de dados sobre os parlamentares citados no documento da Construtora Odebrecht. Explicou, ainda, que muitas das informações de que precisa para elaborar o relatório final dependem de um atendimento mais rápido do Banco Central aos pedidos de quebra de sigilo bancário dos parlamentares. Se até o final desta semana o Banco Central não enviar à CPI tudo o que foi solicitado, vai prejudicar seriamente os trabalhos, observou.